

Laura Cavalcante Padilha
Margarida Calafate Ribeiro
[Orgs.]

Lendo Angola

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR Portugal

IC INSTITUTO
CAMÕES
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS ESTRANGEIROS

Título: Lendo Angola

Organização: Laura Cavalcante Padilha e Margarida Calafate Ribeiro

© 2008, Laura Cavalcante Padilha, Margarida Calafate Ribeiro e Edições Afrontamento

Imagem da capa: Luandino Vieira, in *A Guerra dos Fazedores de Chuva com os Caçadores de Nuvens*, 2006
(reprodução autorizada por Editorial Caminho)

Edição: Edições Afrontamento / Rua Costa Cabral, 859 / 4200-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt | geral@edicoesafrontamento.pt

Colecção: Textos/61

N.º de edição: 1147

ISBN: 978-972-36-0957-8

Depósito legal: 274938/08

Impressão e acabamento: Rainho & Neves Lda. / Santa Maria da Feira
Maio de 2008

Um Desafio a Partir do Sul: uma história de literatura outra

Margarida Calafate Ribeiro

Numa entrevista que tive o privilégio de fazer à poeta angolana Ana Paula Tavares perguntei-lhe a certa altura quais eram as suas heranças, qual era a sua memória literária autobiográfica. Olhando-me a partir do Sul, falando-me a partir do Sul, disse-me:

Em Angola a nossa relação com o passado histórico-literário não é esse mar manso e arrumado das histórias da literatura europeia, com uma data de nascimento e certificado de baptismo. Há várias hipóteses de certificado de nascimento, e a discussão inicia-se: será mil oitocentos e quarenta e tal, quando Maia Ferreira publicou Espontaneidades da Minha Alma – Às Senhoras Africanas? Ou será antes 1680, com Cadornega, que escreveu a História Geral das Guerras Angolanas? E o que muitos angolanos, ainda hoje, dizem seria: «Não, não: Cadornega tem um olhar de fora, para dentro». Cadornega chegou a Angola com 17 anos, e nessa altura, ninguém olha de fora para dentro – aprende a olhar no lugar onde se insere, e sobretudo aprende a olhar pelos olhos dos angolanos, a quem ele chamava os seus «pretos informantes».

[...]

Após a independência, em 1975 – dizia-me ainda Ana Paula Tavares – houve a necessidade de arranjar uma mitologia de referência e praticou-se o exercício clássico, que já todos os teóricos exploraram, de matar o pai e a mãe, excluir uns, incluir outros na literatura, na história, na nação. Foi assim que recuperámos para a história da literatura angolana Castro Soromenho, que tinha nascido em Moçambique, vivido em Angola como administrador colonial, e depois de expulso de todos

* Agradeço a Helder Macedo e a António Sousa Ribeiro as leituras críticas que fizeram deste texto e as suas valiosas sugestões.

os territórios então ultramarinos, acabou por morrer no Brasil. E foi assim que também rapidamente excluímos Mário António – um poeta notável em alguns dos seus poemas, mas que pagou caro a diáspora que escolheu. E até hoje, ainda não foi recuperada toda a sua contribuição para a literatura angolana, nem a sua enorme contribuição para a história de Angola. Escrevendo e publicando documentozinhos, um atrás do outro, ele foi juntando Angolana, que constituiu, à falta de melhor, uma grande parte da nossa história escrita (Ribeiro, 2007: 147).

Posteriormente, ouvindo de novo Ana Paula Tavares e José Luandino Vieira no curso sobre literatura angolana que esteve na origem deste livro, o escritor do tão aguardado quão fabuloso *Livro dos Rios* lançava na sua intervenção, publicada neste livro, um pronunciamento sereno mas potencialmente revolucionário sobre a escrita da história da literatura do seu país (Vieira, 2008)¹. Após falar do que designou como «buracos negros» da literatura angolana, trazendo a lume o que classificou como o primeiro texto escrito em Angola registado sobre uma pedra, onde se anunciava a chegada das «naus do esclarecido rei D. João II», as cartas do Rei Afonso do Congo, a *História Geral das Guerras Angolanas*, de António de Oliveira Cadornega, as cartas de D. Francisco Sottomayor, governador de Massangano, ao Conselho Ultramarino e dos seus poemas referidos no espólio pelo padre que lhe deu a extrema-unção, Luandino Vieira perguntava: «Não é isto testemunho de trezentos e tal anos da nossa História? Quer queiramos quer não, é a nossa História!» E continuava identificando outros «buracos negros» na historiografia da literatura angolana mais recente: «Quem é que fala dos escritores ditos coloniais? Alguém leu um romance chamado *Sangue Kuanhama*, de um senhor natural de Angola chamado António Pires?» E ainda na historiografia mais recente relativamente às Brigadas Jovens da Literatura questionava: «Fala-se das Brigadas Jovens da Literatura de Luanda ou de Benguela, mas também houve as Brigadas Jovens da Literatura de N'dalatando, ou em Mbanza Koongo».

Finalmente, citando um belo trecho de Cadornega sobre as batalhas nas terras dos Muxicongos em que Angolanos lutavam em defesa do seu reino, Luandino lançava mais um desafio à historiografia literária angolana ao de seguida citar um discurso de 1982 proferido pelo General António dos Santos França, sobre a importante batalha contemporânea de Quifangondo. Vale a pena citar de novo um passo do texto para ver o tom de crónica à maneira de Cadornega, que Luandino captou:

Com profunda honra e imenso prazer, aceitei escrever esta breve introdução à presente crónica sobre a histórica e gloriosa batalha de Quifangondo. Mais além do seu maior significado, o papel decisivo que desempenhou no futuro da guerra, e provavelmente da Pátria que nascia, a batalha de Quifangondo começava uma das mais belas páginas da luta de libertação do povo angolano e do seu braço armado. (...) No espaço de poucos dias, cinco combates sucessivos uniram na mesma trincheira homens e mulheres angolanos e combatentes internacionalistas cubanos. Por todas estas razões, e por aquelas outras de dimensão política e militar que o tempo permitirá analisar profundamente, assim como pela definição do papel de cada homem, de cada revolucionário que teve a honra de estar presente, constitui para mim um grande privilégio expressar estas palavras aqui na primeira das tantas obras que a proeza de Quifangondo há-de inspirar nos analistas, historiadores, épicos, e na causa inapagável de heroísmo de angolanos.

Esta subtil aproximação de dois textos cronologicamente distantes – trezentos e dez anos separam estes textos – e de géneros diferentes – uma crónica de batalha e um discurso político circunstancial – revela porém um mesmo lugar de enunciação interior: Angola, e a luta de um povo identificado com um território.

O problema que este gesto de Luandino Vieira levanta liga-se a algumas questões fundamentais para a elaboração das histórias da literatura e, consequentemente, do cânone que elas constroem: a questão do princípio de inclusão e exclusão que está na base da concepção das histórias da literatura, das antologias ou das colectâneas de textos; a permeabilidade do género literário ao poder incluir como textos fundadores de uma literatura textos historiográficos, mas que em si, como disse Luandino, são momentos únicos de literatura, e basta pensarmos na literatura brasileira com a *Carta de Caminha* para ver que assim é; a questão da temporalidade cultural e literária ligada à identidade política e cultural de um país; e finalmente, como já referi, a questão de determinar a partir de que espaço social e geocultural a literatura em análise fala, ou seja, qual é o seu lugar de enunciação. No fundo, Luandino Vieira, mais do que chamar a atenção para o questionamento do cânone do género literário, estava de facto a chamar a atenção para o paradoxo dos nacionalismos literários, que se caracterizam por incluir e excluir autores e obras, misturando razões políticas e económicas com razões de ordem histórica, literária e estética, sob pena de assim estarem a eliminar algo que, do ponto de vista histórico-cultural, é constitutivo da sua identidade. Leyla Perrone-Moisés (1997), falando a partir dos nacionalismos literários latino-americanos, reconhece que este paradoxo matricial, que se caracteriza pela inclusão e exclusão de certos constituintes identitários, é típico de uma situação pós-colonial, entendendo aqui com Elikia M' Bokolo (2006), na esteira de Balandier, o pós-colonialismo como uma «situação» e portanto uma fase, da qual

(1) Colóquio-curso de Literatura Angolana, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 22 e 23 de Junho de 2007.

eventualmente se poderá sair². Assim, o momento pós-colonial latino-americano situar-se-ia no século XIX, como aliás defendem vários teóricos reagindo à homogeneização do conceito e da situação promovida pelas escolas norte-americanas relativamente ao Sul Global como um mundo pós-colonial. Basta pensar nas situações político-culturais da América Latina e na multiplicidade de situações em África para perceber que assim não é. Mas voltando à questão lançada por Luandino Vieira, trata-se portanto de conceber a literatura angolana como uma literatura com quatrocentos anos, cujo certificado de nascimento, como diz Ana Paula Tavares, seria a *História Geral das Guerras Angolanas*, de Cadornega, ou até, como sugere Luandino Vieira, o texto anónimo inscrito junto com as cruces em Ielala, anunciando a chegada das naus do rei D. João II, ou ainda as conhecidas cartas do Rei Afonso do Congo, também anteriores a Cadornega, considerando-se assim fundador, e portanto constitutivo da historiografia literária angolana, o período de encontro com os europeus, a ocupação litoral, o tráfico escravagista e a colonização europeia moderna. Ou, de outro modo, e como até aqui se tem procurado fazer, considerar a literatura angolana como uma literatura com mais ou menos um século, o tempo em que se começa a esboçar uma identidade literária, de matriz europeia e africana, conectável com um desejo de autonomia proto-nacionalista e depois nacionalista, retrospectivamente percebido.

Daí que, e para voltar às palavras de Ana Paula Tavares, a geração de críticos angolanos ou moçambicanos pós-independência e de outros estudiosos destas literaturas se tenha dedicado não apenas a narrar a história destas literaturas, à maneira das histórias da literatura europeias tradicionais, ou seja, cronologicamente por períodos ou fases, mas sobretudo a identificar o objecto literário das novas nações.

Textos como «Literatura moçambicana o que é?», de Fátima Mendonça, *Império, Mito e Miopia. Moçambique como invenção literária*, de Francisco Noa, as crónicas de Luís Carlos Patraquim, em Moçambique, ao longo da década de 80, a actividade da União dos Escritores Angolanos, sob a direcção de José Luandino Vieira até aos anos 90, os ensaios seminais de Mário António, Gerald Moser, Manuel Ferreira, Russell Hamilton, Michel Laban, Laura Padilha, Pires Laranjeira, Luís Kandjimbo, Inocência Mata, entre outros, ou as mais recentes tentativas de sínteses de Patrick Chabal,

(2) Georges Balandier fala em 1951 de «situation coloniale» como uma situação razoavelmente estável que se poderia reproduzir durante algum tempo de uma forma idêntica; M'Bokolo fala de «situação pós-colonial», na esteira de Balandier, acrescentando-lhe a noção de temporalidade, de dinâmica, de fractura, de corte, e portanto de possível saída, como aliás da situação colonial.

Hilary Owen³ e outros estudiosos, reflectem arduamente, e de forma diversa, sobre o possível cânone destas literaturas e para ele contribuem, ao identificarem aquilo que Antonio Candido, referindo-se à literatura brasileira, designou como o «sistema literário». Mas a pedra de toque desta narrativa histórico-literária reside ainda na questão que Luandino subtilmente levanta, e que Ana Paula Tavares tão bem enuncia: qual é o certificado de nascimento, quando e como se começa a narrar a história literária de Angola, quem são os seus actores?

E volto então à imagem do «mar manso» a que se referia Ana Paula Tavares na entrevista que comecei por citar, falando das histórias das literaturas europeias, e vem-me à memória a história da literatura portuguesa por onde estudei, com o tal certificado de nascimento, baptismo e desenvolvimento posterior por fases ordenadas, possíveis de descrever como se aqui não houvesse – como há – sobressaltos. Refiro-me à *História da Literatura Portuguesa*, de Óscar Lopes e António José Saraiva. Publicada pela primeira vez em 1953 e re-publicada inúmeras vezes em edições revistas ao longo de cinco décadas, esta *História da Literatura Portuguesa* – e apesar das conhecidas edições escolares que circulavam no ensino técnico e liceal durante o Estado Novo⁴ – tornou-se o instrumento de estudo e análise do imaginário histórico-literário português para gerações de portugueses. Curiosamente escrita por dois opositoristas ao regime de Salazar, esta história da literatura sobreviveu à ditadura, ultrapassou a revolução de 25 de Abril de 1974 e todas as sucessivas reformas de ensino e continua em 2007 a ser tida como referência, hoje ao lado das iniciativas de Carlos Reis (1993-2005) e de Isabel Allegro de Magalhães (1997-2007). Poderíamos pensar que as sucessivas reedições trariam grandes mudanças e daí a sua longevidade, e se é certo que há mudanças e actualizações (basta comparar os índices e as notas introdutórias), elas acabam por ser mais circunstanciais do que fundamentais. Todavia, esta história da literatura problematiza os períodos literários, e inclui e reflecte criticamente sobre grandes escritores que, numa visão mais apertada e esclarecida da censura durante o regime salazarista, poderiam ser considerados potencialmente subversivos e, portanto, excluídos do cânone, que, por inclusão e exclusão, qualquer história da literatura constrói⁵. Sem dúvida que o fechamento cultural e político do país provocado pela ditadura e a sua correspondente universidade, por um lado, e a versatilidade prática e a competência científica desta *História da Literatura Portuguesa*, por outro lado, contribuem para explicar o atraso e mesmo retrac-

(3) No caso do trabalho de Hilary Owen refiro-me apenas ao estabelecimento de um cânone de literatura escrita por mulheres em Moçambique (ver Owen, 2007).

(4) Sobre este assunto ver Teresa Seruya e Maria Lin Sousa Moniz, 2004.

(5) Ver Regina Zilberman, s/d.

ção da crítica portuguesa em abordar as questões que, no campo da literatura e da teoria literária, começaram a ser formuladas no final dos anos 60. O *boom* teórico desenvolvido trazia em si o questionamento do próprio objecto literário – o que era afinal literatura – e dos limites da disciplina. No domínio das histórias da literatura estas mudanças e questionamentos levaram a uma profunda desestabilização e problematização dos cânones, tanto na Europa como, de outra forma, na América Latina. Consequentemente, a procura de tudo o que estava fora do cânone, por um lado, e, por outro lado, a leitura crítica da crítica literária até então produzida, avançando assim com leituras mais ousadas, menos positivistas, menos excludentes e sobretudo menos reprodutivas das já existentes, tornou-se uma prática. Em Portugal, este primeiro questionamento veio pela mão de vários estudiosos que se encontravam em academias estrangeiras. Relembro só, a título de exemplo, e muito rapidamente, a recuperação de textos e a atenção dirigida a áreas até então inexistentes, como a literatura escrita por mulheres, ou as leituras críticas de textos e escritores canónicos, como os cancioneiros medievais, as crónicas da Expansão ou de Fernão Lopes, Camões, Bernardim Ribeiro, Oliveira Martins ou Fernando Pessoa. As leituras então avançadas por críticos como Luís de Sousa Rebelo, Jorge de Sena, Maria de Lourdes Belchior, Helder Macedo, Eduardo Lourenço, entre outros, vieram desestabilizar o mar manso dos estudos portugueses medievais, renascentistas, modernos e contemporâneos e ainda hoje elas afirmam uma diferença crítica cultural dentro da crítica universitária portuguesa.

A partir do final dos anos 60, princípios dos anos 70, mercê das grandes transformações geopolíticas, sociais e culturais – a descolonização, primeiro na Ásia, depois em África, os movimentos sociais da América Latina, os feminismos, as lutas pelos direitos civis dos negros na América do Norte e tantas outras convulsões – o mundo abria-se à pluralidade⁶ e os grandes questionamentos teóricos impunham-se. Na literatura, na historiografia, na sociologia e nas ciências sociais e humanas em geral começava-se a questionar, primeiro de forma dispersa e depois de maneira sucessivamente mais sistematizada, sobre tudo o que os «cânones» das várias disciplinas tinham deixado de fora e, conseqüentemente, sobre as próprias identidades das várias disciplinas. Assim começaram a surgir dentro da Europa, mas também fora dela, os pensadores alternativos, e desde então – como ironicamente refere Regina Zilberman – «a reflexão sobre o que se deixou de fora tem sido matéria da história da literatura nos dias de hoje» (s/d).

Relativamente à literatura podemos mesmo dizer que para além do questionamento das histórias da literatura excessivamente eurocentradas, tratava-se da muta-

(6) Ver o ensaio de Ana Pizarro, «Delinear a história literária hoje?», in Pizarro, 2006: 26.

ção do próprio objecto de estudo da literatura, numa linha aliás próxima do que na historiografia se veio a designar como «nova história», em que, como assinala Le Goff, se lança o questionamento não só sobre as perspectivas e o modo de narrar a história, mas sobre o próprio objecto de estudo da história, ou melhor, sobre a pluralidade de objectos de estudo (Pizarro, 2006: 28) que o estudo da história e, por extensão, acrescento eu, da literatura, envolveriam. A atenção que a partir de então se passou a dar à história dos homens e mulheres comuns e dos seus quotidianos contra uma história feita de heróis, reis e feitos militares, o reconhecimento das mulheres como sujeitos históricos nomeadamente na historiografia das grandes guerras mundiais e, no campo da literatura, a atenção que se passa a dirigir para uma literatura escrita por mulheres, o reconhecimento de uma literatura feminista, de minorias étnicas ou sexuais, de uma literatura de cordel e de outros textos anteriormente considerados exteriores à literatura, ou seja, um reconhecimento de tudo o que o cânone tinha excluído, são exemplos da mutação e da multiplicação do objecto de estudo. Estas aberturas teóricas reflectem também as novas textualidades ou textualidades emergentes que iam surgindo e que levaram Antonio Candido a falar de «textos indefiníveis»: «Romances que parecem reportagens, contos que não se distinguem de poemas ou crónicas (...); autobiografias com tonalidade e técnica de romance; (...) textos feitos com justaposição de recortes, documentos, reflexões de todo o tipo» (Candido, 1995: 310). E penso que é de facto a partir do Sul, na pléiade de pensadores da cultura latino-americanos, que vão de Jose Martí a Roberto Fernández Retamar, de Antonio Candido a Angel Rama e outros desta importante geração, que inseriram as expressões literárias e culturais dos seus países nos respectivos contextos nacionais políticos e sociais, que é lançado o grande desafio global. Tratava-se de um desafio não só à América Latina – que então se descobre e se enuncia como sujeito e produtor cultural múltiplo – mas à própria Europa, onde os limites do literário se expandem e passam a incluir estas novas textualidades e estes novos sujeitos, não como ex-colonizados, mas como pares, criadores de expressão diferente, independente e perfeitamente autónoma de si própria, ou, para usar uma expressão metafórica cara a esta «história de família»⁷, uma literatura produzida pelos «filhos de Colombo», que, trasladados da Europa para o Novo Mundo e aí reterritorializados, «inventaram um outro Ocidente» (Lourenço, 2005: 16), transculturalizando-se, para assim voltar ao estruturante conceito veiculado por Angel Rama⁸.

(7) A expressão é de Doris Sommer, 1990, e é re-utilizada por Perrone-Moisés, 1997 e por Lourenço, 2005: 17.

(8) Refiro-me ao conceito desenvolvido pelo autor em Rama, 1987.

O trabalho de identificação, reconhecimento e posterior desconstrução e reconstrução dos factos histórico-literários que os trabalhos destes pensadores trouxeram, bem como as referidas convulsões teóricas europeias e a simultânea construção da América Latina como um espaço político alternativo à crescente hegemonia norte-americana, particularmente com a Revolução Cubana, foi sem dúvida o primeiro passo de emancipação cultural democrática dos intelectuais latino-americanos. Assim se construiu o húmus onde a cosmopolita e teoricamente viajada – até porque muitas vezes exilada – geração de Roberto Schwarz, Silviano Santiago, Ana Pizarro, António Cornejo Polar, Beatriz Sarlo, entre outros, vai colher e erguer o passo definitivo da transformação na forma de dar conta da narrativa da história literária dos seus países e do continente. A partir do que Silviano Santiago irá definir como o entre-lugar latino-americano⁹ – que, ao romper com a noção eurocêntrica dos processos culturais latino-americanos, concede ao continente um lugar próprio de enunciação – tudo é posto em questão. O *boom* de teoria que caracteriza esta fase da vida cultural latino-americana reflecte a procura de caminhos para uma narrativa outra, que coloca sob suspeita a narrativa clássica da história e, no caso que aqui nos ocupa, das histórias da literatura, como se de uma hora zero se tratasse. Basta ler os interessantes ensaios de Ana Pizarro (2006) sobre esta matéria e sobre a construção da importante obra colectiva *América Latina: palavra, literatura e cultura* para ver a riqueza e a novidade dos debates em torno do lugar de enunciação de uma literatura, do fenómeno literário, e a forma de o interpretar e historicizar, em resumo e para re-utilizar um conhecido título de Roberto Schwarz, para colocar as «ideias fora do lugar»¹⁰. Como refere Ana Pizarro, assinalando a ruptura promovida pela sua geração, ao propor uma alternativa aos modelos críticos europeus da historiografia literária:

Devemos à historiografia tradicional a construção de um corpus. Ainda que discutível, ele é um ponto de partida fundamental. No entanto, na linha que viemos desenvolvendo, de ruptura com todo o tipo de determinismo, a grande referência é a Formação da Literatura Brasileira (1959), de Antonio Candido, um clássico de nossa historiografia contemporânea. (...)

Mas o problema agora é outro. «É possível», nos perguntamos com Beatriz Sarlo, «captar a densidade semântica feita de cruzamentos sociais, ideológicos e estéticos de um período?». Este é o grande problema que se impõe ao historiador da literatura e da cultura e parece não haver respostas definitivas: há tentativas de coerência, há propostas. Daí a importância de que existam sempre empreendimentos (Pizarro, 2006: 35).

(9) Ensaio de 1971, publicado em Santiago, 1978.

(10) Do ensaio «As ideias fora do lugar», in Schwarz, 1977.

Nos anos 80, com o advento dos estudos pós-coloniais, inspirados pelo pronunciamento crítico lançado por Edward Said e por outras vozes vindas de outras designadas periferias culturais, a reflexão crítica intensifica-se e espalha-se aos mais variados campos do conhecimento, procurando desta vez a história, a palavra e o rosto de todos aqueles sujeitos e produtores de cultura que ficaram excluídos da história do Ocidente, aquele que até então detinha o poder de narrar a história. Movimentos vários a partir de diferentes lugares de enunciação despoletam esta profunda revisão epistemológica do mundo: por um lado, os questionamentos teóricos inerentes à matéria em estudo advindos do mundo europeu e dos pensadores alternativos das suas grandes universidades, por vezes «perdidos» na redefinição não só do seu objecto de estudo, mas também das fronteiras do seu próprio campo de estudos¹¹; por outro lado, os questionamentos vindos da designada periferia, nomeadamente da América Latina, da Índia e da África, mas também da Austrália, ou seja, do que hoje designamos por Sul Global. Mas se em África os movimentos de intelectuais se congregavam à volta das lutas pela libertação do jugo colonial rumo a uma descolonização política, e se a Índia, a partir do grupo dos Subaltern Studies, visava o questionamento da colonialidade do poder e a luta pela autonomia total, os movimentos sociais e culturais da América Latina discutiam intensamente a sua identidade, interrogavam a sua «dependência cultural» (para re-utilizar a expressão de Silviano Santiago no seu importante título, *Uma Literatura nos Trópicos – ensaios sobre a dependência cultural*), e pugnavam por um quadro epistemológico capaz de descrever as suas diversidades e as suas especificidades.

A urgência em escrever a história dos excluídos da grande narrativa do Ocidente – aqui entendidos como sujeitos subalternos, sem história – e de analisar criticamente a historiografia influenciada pelo colonialismo, converteu-se no dado intelectual de luta por uma descolonização global: uma descolonização política, do saber e do poder em todo o mundo, como bem mostra Shelley Wallia, em *Edward Said y la Historiografía* (2004). Tratar-se-ia assim de conceber os estudos pós-coloniais como o grande desafio das novas modernidades emergentes – como defende o antropólogo Don Robotham (s/d) – ideia aliás confirmada por aquilo que se poderia chamar o segundo passo político – com grande visibilidade pública – do mundo pós-colonial: o momento em que o Ocidente quis comemorar Colombo e os cinco séculos da sua descoberta da América e a América quis «matar Colombo», não apenas pela mão daqueles que a chegada de Colombo exterminou, mas também por aqueles que a

(11) Refiro-me aos designados Estudos Culturais e toda a polémica envolvente, que não interessa aqui desenvolver. Sobre esta questão ver António Sousa Ribeiro e Maria Irene Ramalho, 1998.

aventura de Colombo trasladou da Europa para o Novo Mundo. Nesse momento, como sublinhou Eduardo Lourenço, o continente descoberto por Colombo «reescreve a sua própria história e remete-a para a hora-zero de uma 'outra história'». Não se trata portanto do fim da História, mas de uma mudança da ordem da História, narrada a partir de múltiplos lugares e sujeitos, e do fim, sim, do Ocidente como mito, ou seja, como a luz do mundo que julgava ser quando chegou às terras de Porto Seguro (Lourenço, 2005: 16). Mas não se trata também da história narrada pelo Índio, o verdadeiro vencido da acção colonizadora instituída pela chegada da Europa ao Novo Mundo, nem do negro, involuntariamente trasladado para o Novo Mundo, mas a de um «ex-europeu perdido na sua Descoberta» (Lourenço, 2005: 27). As vozes da subalternidade índia e negra faziam parte do ruído de fundo de todo este passo, mas a sua luta era para que se fizessem também ouvir, uma luta inscrita na união de vozes de um subalterno Atlântico Sul que se une à dorida e dolorosa África em luta contra todas as formas de colonização de que é vítima, e cujos sujeitos não podem matar o pai, órfãos que foram de uma Europa colonizadora e hoje de um pós-colonialismo, também ele órfão, da Guerra Fria. Não se tratava portanto de defender a ideia, cara a alguns teóricos do pós-colonialismo, de que os subalternos não falavam ou não podiam falar, mas de, como defende Spivak (1988), mostrar que o seu lugar de enunciação no seio da diferença colonial condenava o seu discurso à irrelevância por o oferecer a interpretações que o silenciavam. Como referiu Laura Padilha, em sintonia com Spivak, na sua intervenção no Curso de Literatura Angolana, os subalternos sempre falaram, nunca foram ouvidos, o que é substancialmente diferente. Tratava-se antes, e portanto, de revelar o historicamente longo e profundo momento de surdez do Ocidente, que só quando viu o seu Colombo morto nas mesmas praias onde há cinco séculos aportara em ritmo de Descoberta percebeu que havia outros actores desta história aparentemente comum, mas de memórias tão diferentes.

Assim, aquando deste apelo dos estudos pós-coloniais, se os latino-americanos tinham avançado para o que vieram a designar por «La Razon Postcolonial», nas palavras de Walter Mignolo (2005), a África de língua oficial portuguesa encontrava-se na fase que Elikia M' Bokolo (2006) designou como «situação pós-colonial», uma fase de inscrição no seu imaginário literário da diferença cultural que justificara e reclamara a independência política, formalmente obtida, mas não culturalmente sentida. E é este facto que leva a que nesta «situação pós-colonial» só sejam reconhecidos como textos canónicos da literatura angolana, por exemplo, textos que em si inscrevem essa diferença cultural imediatamente conectada com a emancipação política, e sejam rejeitados textos que liguem o território angolano à antiga potência colonizadora, gerando assim aquilo a que Luandino Vieira chamou alguns dos

«buracos negros» da história da literatura angolana, que desta forma rasura partes constitutivas da sua identidade.

Mas como bem adverte Laura Padilha num ensaio significativamente intitulado «A diferença interroga o cânone», outros «buracos negros» são gerados por este cânone politicamente correcto. E denuncia, perguntando: «Onde estão as mulheres, onde estão os negros? Será este 'cânone' reproduzido do tal outro ocidental masculino, branco, revestido de vestes e vozes africanas? Por que razão se insiste em apontar um centro que apaga as diferenças?» (Padilha, 2002: 169) Como o pronunciamento de Luandino Vieira inicialmente apontado, também a questão aqui lançada por Laura Padilha é potencialmente revolucionária. Ela contém em si o questionamento da própria definição de cânone, da língua em que esse cânone é veiculado (e que constituirá ela própria um cânone), e chama a atenção para o muito que ele deixa de fora: toda a tradição oral, que como sabemos influencia o cânone literário escrito, tanto na Europa – e basta pensarmos nas vozes dos cancioneros medievais – como em África – e basta, por exemplo, olharmos para o trabalho de etnologia convertido em literatura por Mía Couto, no texto oraturizado da voz literária de Manuel Rui ou no trabalho literário de Boaventura Cardoso.

Será que, por sua vez, a «razão pós-colonial» latino-americana contempla esta série de questões? Podemos dizer generosamente que está atenta a elas, mas não faz delas o seu centro de preocupações. A «razão pós-colonial» latino-americana, por oposição à razão moderna, revela o pensamento daqueles que vivem sobre fortes heranças coloniais, mas na verdade não se opõe à razão moderna, apenas reclama a sua inclusão na modernidade que define a Europa como centro das periferias que lhe conferem esse estatuto, ou seja, pretende a inclusão das periferias como parte da definição, como defende Enrique Dussel (2001). Um outro ponto importante da «razão pós-colonial» é o da deslocação não só do lugar da enunciação, mas também do sujeito da enunciação do conhecimento do primeiro mundo para o terceiro mundo, para finalmente concluírem antes que a «razão pós-colonial» surge de uma aliança entre a produção cultural do terceiro mundo e a imaginação teórica do primeiro. Ora esta ideia de que, por um lado, não há modernidade sem colonialidade e, por outro lado, da deslocação do sujeito de enunciação, mas nem sempre do local de enunciação, leva estes pensadores a reflectirem sobre a geopolítica do conhecimento, nos termos que António Quijano, filósofo mexicano, define como a «colonialidade do saber» e a «colonialidade do poder», ou seja, do domínio do conhecimento do norte sobre o sul, reflexão que é hoje um dos objectos centrais do pensamento pós-colonial de inspiração latino-americana (Quijano, 2000). Ora todas estas questões trazem fundamentalmente outros aspectos da descolonização. Trata-se de uma descolonização do saber e do poder e de uma descolonização das representações dos

sujeitos, ou seja, uma descolonização da representação do descolonizado e da representação do descolonizador, como noutro contexto prefiguram Barnor Hesse e S. Sayyid (2006: 19-20). Consequentemente, estamos a falar de outro tipo de pós-colonialismo. Por isso, como bem adverte Roberto Morales (2006), precisamos de refletir sobre se somos todos pós-coloniais e em que sentido ou sentidos diferentes o somos, pois isso tem os seus profundos reflexos nas narrativas que produzimos, sejam elas histórias literárias ou de qualquer outra matéria.

Neste princípio de século em que o tempo europeu não é mais sinónimo de tempo universal, em que as teorias pós-coloniais e as práticas literárias de Garcia Marquez, Vargas Llosa, Guimarães Rosa, Assia Djebar, Salman Rushdie, V. S. Naipaul, Chinua Achebe, Sembène Ousmane, José Luandino Vieira, Manuel Rui, Mia Couto, Ana Paula Tavares, Conceição Lima, e tantos outros, têm transformado não só a nossa visão dos processos coloniais, como estão também desafiando o conceito ocidental de conhecimento ao estabelecer ligações epistemológicas entre o lugar geocultural e a produção teórica, ao contar o outro lado da história europeia, ao apresentar afinal toda a história da modernidade europeia como uma história local que se desenvolveu à escala planetária, como poderemos nós europeus continuar a não ouvir o «barulho» do mundo e a construir «mansamente» as nossas histórias da literatura, quando afinal grande parte da nossa história se passou fora da Europa, como nos dizem todos os desafios teóricos, narrativos e epistemológicos do Sul global?

O desafio lançado por José Luandino Vieira à historiografia literária angolana, e ao seu possível cânone, não se limita portanto à historiografia literária angolana, ele funciona também como uma espécie de «*the empire writes back to the centre*», na célebre expressão de Salman Rushdie tão cara aos teóricos do pós-colonialismo. Genuinamente interessado em perseguir as criações desse lugar que se enuncia como Angola, onde há muito se começam a tecer outras vozes em língua portuguesa escrita, Luandino Vieira, subtilmente e ao mesmo tempo, pisca o olho e parodia o «olhar sphyngico e fatal» de Fernando Pessoa, pelo que também ele deixa de fora, questionando-nos a nós portugueses: Como poderemos continuar a contemplar quase num capítulo à parte, como um apêndice incómodo e não constitutivo da nossa identidade, a literatura designada de colonial, que afinal nos conta grande parte da história de Portugal passada noutras paragens? Onde também nós portugueses colocaremos Cadornega, os poemas de D. Francisco Sottomayor ou os escritores ditos coloniais?

Como dizia Angel Rama (1974) referindo-se às histórias da literatura latino-americanas de inspiração europeia, «a organicidade rápida e mecânica das histórias da literatura europeia» – que geram a tal imagem de «mar manso» evocada por Ana Paula Tavares – «impediram-nos de avançar logo para uma interpretação local, pró-

pria e original dos sistemas literários designados como nacionais», mas foi esse o caminho traçado pelas gerações seguintes. No entanto, pós-colonialmente falando, ele enriquecer-se-á e produzirá novos sentidos quando em diálogo com um imaginário mais abrangente em que a língua e a tal história comum de memórias diferentes nos devolvam as imagens múltiplas de rostos pretensamente singulares. Cartografar o retrato destes rostos fundadores da nossa pós-colonialidade exige a abertura de outros arquivos literários, históricos e culturais e de outras leituras geograficamente deslocadas onde, para voltar a Camões, se vivem outros «costumes», onde se guardam outras «leis» e de onde se regista o poder de outros «reis»¹² e de outros «conhecimentos», que nos compõem a todos, como sempre me ensinou Laura Padilha.

BIBLIOGRAFIA

- Camões, Luís (2003), «*Os Lusíadas*» de Luís de Camões, 5.ª edição. Lisboa: Instituto Camões.
- Candido, Antonio (1995), *Textos e Comentários*. São Paulo: FCE.
- Dussel, Enrique (2001), «Eurocentrismo y modernidad», in Walter Mignolo (ed.), *Capitalismo y geopolítica del conocimiento*. Ediciones del Signo.
- Hesse, Barnor; Sayyid, S. (2006), «Narrating the Postcolonial Political and the Immigrant Imaginary», in N. Ali; V.S. Kalra; S. Sayyid (eds.), *A Postcolonial People: South Asians in Britain*. London: Hurst & Company, pp. 13-31.
- Lourenço, Eduardo (2005), *A Morte de Colombo: metamorfose e fim do Ocidente como mito*. Lisboa: Gradiva.
- Magalhães, Isabel Allegro (coord.) (1997-2007), *História e Antologia da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- M' Bokolo, Elikia (2006), «Culturas Políticas, Cidadania e Movimentos Sociais na África Pós-colonial», aula inaugural do Programa «Pós-Colonialismos e Cidadania Global», Centro de Estudos Sociais/ Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 3 de Fevereiro de 2006, in *Cabo dos Trabalhos – Revista electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do Centro de Estudos Sociais*, Universidade de Coimbra, n.º 2 (<http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/>)
- Mignolo, Walter (2005), «La Razón Postcolonial: Herencias Coloniales y Teorías Postcoloniales», *Adversus*, Ano II, n.º 4, Diciembre.
- Morales, Roberto (2006), «Modernidade periférica e mestizaxe diferencial en America Latina», *Tempo Exterior*, n.º 13, xullo/ dezembro, pp. 131-154. http://www.igadi.org/te/pdf/te_se13/te25_13_131mario_roberto_morales.pdf Acedido a 15 de Agosto de 2007.

(12) Evoco aqui os versos da epopeia camoniana no Primeiro Canto: «Que gente será esta? (em si diziam)/ Que costumes, que Lei, que Rei teriam?» (Camões, 2003, I, 45: 12).

- Owen, Hilary (2007), *Mother Africa, Father Marx. Women's Writing of Mozambique, 1948-2002*. Bucknell University Press/Associated University Presses.
- Padilha, Laura (2002), *Novos Pactos. Outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Padilha, Laura (2006), «Protocolos de apresentação», *Metamorfozes* (Revista da Cátedra Jorge de Sena/ UFRJ), v. 7, pp. 147-158.
- Padilha, Laura (2007), «A África e as Américas: fluxos e refluxos», conferência proferida no âmbito do Programa de Doutoramento «Pós-Colonialismos e Cidadania Global», do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em 21 de Junho de 2007.
- Perrone-Moisés, Leyla (1997), «Paradoxos do nacionalismo literário na América Latina», *Estudos Avançados*, vol. 11, n.º 30, May/ Aug.
- Pizarro, Ana (org.) (1993-1995), *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina; Campinas: UNICAMP, 3 vols.
- Pizarro, Ana (2006), *O Sul e os Trópicos: ensaios de cultura latino-americana*. Niterói: EDUFF.
- Quijano, Aníbal (2000), «Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina», in Edgardo Lander, et al (eds.), *La Colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO Y UNESCO.
- Rama, Angel (1974), «Um Processo Autônômico das Literaturas Nacionais», *Revista Argumento*, Janeiro, pp. 37-49 (disponível em Banco de Dados Literários, org. César Giusti. Catalogação: BDL: CUL-4-008).
- Rama, Angel (1987), *Transculturación en América Latina*. México D. F.: Siglo XXI Editores.
- Reis, Carlos (coord.) (1993-2005), *História Crítica da Literatura Portuguesa*, 9 volumes. Lisboa: Editorial Verbo.
- Ribeiro, António Sousa; Ramalho, Maria Irene (1998), «Dos estudos literários aos estudos culturais?», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53.
- Ribeiro, Margarida Calafate (2007), «A Heritage of one's own: a conversation with Ana Paula Tavares», *Ellipsis – Journal of the American Portuguese Studies Association*, 5, pp. 147-152.
- Robotham, Don (s/d), «El poscolonialismo el desafío de las nuevas modernidades», <http://www.cesc.cl/pdf/centrodedocumentacion/globalizacion-hibridacion-poscolonialismo/elposcolonialismoeldesafiodelasnuevasmodernidades.pdf>. Acedido a 15 de Agosto de 2007.
- Santiago, Silviano (1978), *Uma Literatura nos Trópicos – ensaios sobre dependência cultural*. Perspectiva: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.
- Saraiva, António José; Lopes, Óscar (1957), *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Schwarz, Roberto (1977), *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- Seruya, Teresa; Moniz, Maria Lin Sousa (2004), «História literária e traduções no Estado Novo. Uma introdução possível», in Carlos J. F. Jorge et al (coord.), *Estudos Literários/*

- Estudos Culturais* (IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada). Évora: Universidade de Évora/ A.P.L.C.
- http://www.eventos.uevora.pt/comparada/VolumeII/historialiterariaetraducoesnoestado_novo.pdf. Acedido a 15 de Agosto de 2007.
- Sommer, Doris (1990), «Irresistible romance: the foundational fictions of Latin America», in Homi K. Bhabha (ed.), *Nation and Narration*. London/ New York: Routledge.
- Spivak, Gayatri C. (1988), «Can the Subaltern Speak?», in Cary Nelson, Lawrence Grossberg (eds.), *Marxism and the Interpretation of Culture*. Urbana: University of Illinois.
- Vieira, José Luandino (2008), «Literatura Angolana: Estoriando a partir do que não se vê», in Laura Padilha e Margarida Calafate Ribeiro (orgs.), *Lendo Angola*. Porto: Afrontamento.
- Walia, Shelley (2004), *Edward Said y la historiografía*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- Zilberman, Regina (s/d), «Discursos e Marginalidade», in Banco de Dados Literários, org. César Giusti. Catalogação: BDL: CUL-4-008 (disponível em <http://www.cesargiusti.bluehosting.com.br/Litbnkdata/hist.htm>).